



LEI N.º 9.072, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Abre Crédito Suplementar por Redução, no Orçamento Municipal, altera as Leis Municipais nº 8.872/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para 2022 a 2025, Lei Municipal nº 8.964/2021 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022, e Lei Municipal nº 9.026/2021 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual e suas alterações.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica autorizada a abertura de Crédito Suplementar por Redução, no valor de R\$ 144.350,64 , conforme descrição:

06-SECRETARIA MUNICIPAL DAS OBRAS, TRÂNSITO E SEGURANÇA  
03-DEPARTAMENTO DE OBRAS - DMO  
0011-Pavimentação de Ruas e Avenidas  
1068-Pav. Rua do Pinguim - Lomba Vermelha, Emenda Impos. 20/21 - 16,50 e 58  
44.90.51-Obras e Instalações ( 875) rec.0001-Próprios.....R\$ 91.824,41

06-SECRETARIA MUNICIPAL DAS OBRAS, TRÂNSITO E SEGURANÇA  
03-DEPARTAMENTO DE OBRAS - DMO  
0011-Pavimentação de Ruas e Avenidas  
1073-Pavimentação Rua Alziro Viana de Andrade - Emenda Impos. (20/21) nº 30  
44.90.51-Obras e Instalações ( 875) rec.0001-Próprios.....R\$ 52.526,23  
**TOTAL.....R\$ 144.350,64**

Art. 2.º Servirá de recurso para cobrir a abertura dos Créditos Suplementares previsto no artigo anterior, a redução da seguinte dotação orçamentária conforme descrição:

06-SECRETARIA MUNICIPAL DAS OBRAS, TRÂNSITO E SEGURANÇA  
03-DEPARTAMENTO DE OBRAS - DMO  
0002-Gestão do Poder Executivo  
2038-Manutenção do Departamento Municipal de Obras  
33.90.39-Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica(821)rec.0001-Próprios.....R\$ 114.350,64  
**TOTAL.....R\$ 144.350,64**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 28 de janeiro de 2022.

RODRIGO GOMES  
MASSULO:024827  
57045

Assinado de forma digital  
por RODRIGO GOMES  
MASSULO:02482757045  
Dados: 2022.01.31  
10:16:47 -03'00'

Rodrigo Gomes Massulo  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RUDINEI UBIRAJARA  
DOS  
SANTOS:00065580036

Assinado de forma digital por  
RUDINEI UBIRAJARA DOS  
SANTOS:00065580036  
Dados: 2022.01.28 20:09:58  
-03'00'

Rudinei Ubirajara dos Santos  
Secretário da Administração e Finanças em exercício

Art. 1.º Fica autorizada a abertura de Crédito Suplementar por Redução, no valor de R\$ 200.336,42, conforme descrição:

09-SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, TURISMO E ESPORTES  
02-DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO - DCT  
0014-Cultura para Todos  
1078-Construção de Equipamento Cultural Multiuso Parque Caetano Tedesco  
44.90.51-Obras e  
Instalações(1473)rec.1452.....R\$ 200.336,42  
**TOTAL.....R\$ 200.336,42**

Art. 2.º Servirá de recurso para cobrir a abertura do Crédito Suplementar previsto no artigo anterior, a redução da seguinte dotação orçamentária conforme descrição:

03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04-DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
000-Operações e Encargos Especiais  
9999-Reserva de Contingência  
99.99.99 - Reserva de Contingência e Reserva do RPPS(161).....R\$ 200.336,42  
**TOTAL.....R\$ 200.336,42**

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 28 de janeiro de 2022.

Rodrigo Gomes Massulo  
Prefeito Municipal  
Registre-se e publique-se

Rudinei Ubirajara dos Santos  
Secretário da Administração e Finanças em exercício

**Publicado por:**  
Ana Cristina Salazar  
**Código Identificador:**3F729179

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO LEI N.º 9.070, DE 28 DE JANEIRO DE 2022**

Abre Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no Orçamento Municipal, altera as Leis Municipais nº 8.872/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para 2022 a 2025, Lei Municipal nº 8.964/2021 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022, e Lei Municipal nº 9.026/2021 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual e suas alterações.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica autorizada a abertura de Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 40.386,36, conforme descrição:

07-SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
01-FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0031-Qualificação da Assistência Farmacêutica  
1119-Incentivo a Assistência Farmacêutica - COVID  
33.90.32- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita  
rec.4503.....R\$ 40.386,36  
**TOTAL.....R\$ 40.386,36**

Art. 2.º Servirá de recurso para cobrir a abertura do Crédito Especial previsto no artigo anterior, o repasse financeiro do recurso do governo Federal 4503-CUSTEIO - Assistência Farmacêutica, conforme Portaria GM/MS nº 3.617/2021 e Ordem Bancária no valor de R\$

3.365,53 no mês de janeiro/2022 tendo continuidade de mais 12 parcelas.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 28 de janeiro de 2022.

Rodrigo Gomes Massulo  
Prefeito Municipal  
Registre-se e publique-se

Rudinei Ubirajara dos Santos  
Secretário da Administração e Finanças em exercício

**Publicado por:**  
Ana Cristina Salazar  
**Código Identificador:**6BA397D9

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO LEI N.º 9.071, DE 28 DE JANEIRO DE 2022**

Abre Crédito Suplementar por Redução, no Orçamento Municipal, altera as Leis Municipais nº 8.872/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para 2022 a 2025, Lei Municipal nº 8.964/2021 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022, e Lei Municipal nº 9.026/2021 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual e suas alterações.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica autorizada a abertura de Crédito Suplementar por Redução, no valor de R\$ 89.950,78, conforme descrição:

03-SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
06-FUNREBOM- F M R CORPO DE BOMBEIROS  
0002-Gestão do Poder Executivo  
2073-Manutenção do FUNREBOM  
44.50.42-Auxílios rec.0001-  
Próprios.....R\$ 89.950,78  
**TOTAL.....R\$ 89.950,78**

Art. 2.º Servirá de recurso para cobrir a abertura do Crédito Suplementar previsto no artigo anterior, a redução da seguinte dotação orçamentária conforme descrição:

03-SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04-DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
0000-Operações e Encargos Especiais  
2072-Manutenção de Amortizações de Dívidas  
46.90.71-Principal da Dívida por Contrato (156) rec.0001-  
Próprios.....R\$ 89.950,78  
**TOTAL.....R\$ 89.950,78**

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 28 de janeiro de 2022.

Rodrigo Gomes Massulo  
Prefeito Municipal  
Registre-se e publique-se

Rudinei Ubirajara dos Santos  
Secretário da Administração e Finanças em exercício

**Publicado por:**  
Ana Cristina Salazar  
**Código Identificador:**524864A1

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO LEI N.º 9.072, DE 28 DE JANEIRO DE 2022**

Abre Crédito Suplementar por Redução, no Orçamento Municipal, altera as Leis Municipais nº 8.872/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para 2022 a 2025, Lei Municipal nº 8.964/2021 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022, e Lei Municipal nº 9.026/2021 que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual e suas alterações.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica autorizada a abertura de Crédito Suplementar por Redução, no valor de R\$ 144.350,64, conforme descrição:

06-SECRETARIA MUNICIPAL DAS OBRAS, TRÂNSITO E SEGURANÇA

03-DEPARTAMENTO DE OBRAS - DMO

0011-Pavimentação de Ruas e Avenidas

1068-Pav. Rua do Pinguim - Lomba Vermelha, Emenda Impos. 20/21 - 16,50 e 58

44.90.51-Obras e Instalações ( 875) rec.0001-Próprios.....R\$ 91.824,41

06-SECRETARIA MUNICIPAL DAS OBRAS, TRÂNSITO E SEGURANÇA

03-DEPARTAMENTO DE OBRAS - DMO

0011-Pavimentação de Ruas e Avenidas

1073-Pavimentação Rua Alziro Viana de Andrade - Emenda Impos. (20/21) nº 30

44.90.51-Obras e Instalações ( 875) rec.0001-Próprios.....R\$ 52.526,23

**TOTAL.....R\$ 144.350,64**

Art. 2.º Servirá de recurso para cobrir a abertura dos Créditos Suplementares previsto no artigo anterior, a redução da seguinte dotação orçamentária conforme descrição:

06-SECRETARIA MUNICIPAL DAS OBRAS, TRÂNSITO E SEGURANÇA

03-DEPARTAMENTO DE OBRAS - DMO

0002-Gestão do Poder Executivo

2038-Manutenção do Departamento Municipal de Obras

33.90.39-Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica(821)rec.0001-Próprios.....R\$ 114.350,64

**TOTAL.....R\$ 144.350,64**

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 28 de janeiro de 2022.

Rodrigo Gomes Massulo

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Rudinei Ubirajara dos Santos

Secretário da Administração e Finanças em exercício

**Publicado por:**

Ana Cristina Salazar

**Código Identificador:01D35A5D**

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### LEI N.º 9.073, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

LEI N.º 9.073, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 5.663, de 12 de janeiro de 2009, que “Dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal”, com alterações posteriores.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º A alínea “b”, do inciso II, e o inciso IV, do art. 17, da Lei Municipal n.º 5.663, de 12 de janeiro de 2009, com alterações posteriores, passam a vigor com as seguintes redações:

“b)Setor Técnico e de Fiscalização.”

“IV -CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO;”

Art. 2.º O art. 29, Lei Municipal n.º 5.663, de 12 de janeiro de 2009, com alterações posteriores, passa a vigorar acrescido do inciso VI e do Parágrafo único, com a seguinte redação:

“VI – SUBPREFEITURAS

Parágrafo único. As Subprefeituras serão em número de cinco, para atendimento dos distritos da zona rural do Município, sendo que para cada uma poderá haver um Subprefeito.”

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 28 de janeiro de 2022.

Rodrigo Gomes Massulo

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Rudinei Ubirajara dos Santos

Secretário da Administração e Finanças em exercício

**Publicado por:**

Ana Cristina Salazar

**Código Identificador:03F5BB05**

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### LEI N.º 9.076, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Autoriza contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, em razão de excepcional interesse público, conforme faculta o art. 37, inciso IX da Constituição Federal, para suprir necessidades de servidor junto à Secretaria Municipal da Saúde, conforme abaixo especificado:

N.º de Cargos	Denominação da Categoria Funcional
03	Recepcionista

Art. 2.º As especificações exigidas para a contratação de servidor, as atribuições, o vencimento e demais peculiaridades do cargo constam na Lei Municipal n.º 6.487 de 21 de março de 2012 (Dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município de Santo Antônio da Patrulha-RS, estabelece o Plano de Carreira dos Servidores e dá outras providências), com alterações posteriores, para cargo de igual denominação.

Art. 3.º Os contratos firmados em decorrência desta Lei terão a vigência de 6 (seis) meses, podendo ser renovados por igual período, de acordo com o previsto no artigo 197, da Lei Complementar nº 035, de 07 de outubro de 2005 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município e dá outras providências), a contar da assinatura dos mesmos.